



REPÚBLICA
PORTUGUESA

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Orçamento do Estado 2017

Programa Orçamental Representação Externa

DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE

7 e 8 de novembro de 2016



ÍNDICE

I	NOTA INTRODUTÓRIA	3
II	BALANÇO DE 2016	3
III	MEDIDAS DE POLÍTICA PARA 2017	8
IV	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO DO MNE PARA 2017	17
V	Despesa Consolidada.....	17
VI	Orçamento de Funcionamento e de Investimento	19
VII	Despesas por Classificação Económica.....	20
VIII	Evolução das despesas do MNE	21
IX	Rede Externa	22
X	Recursos Humanos	24

I NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão na Assembleia da República da Proposta de Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2017. Antes de elencar as principais medidas de política para o ano de 2017 e a caracterização do orçamento para 2017, apresenta-se um breve balanço das metas alcançadas e das medidas concretizadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros no presente ano de 2016.

II BALANÇO DE 2016

Tendo presente os eixos prioritários de intervenção do Governo em termos de política externa e a necessidade de concretizar uma gestão rigorosa, criteriosa e flexível, o Ministério dos Negócios Estrangeiros empreendeu, em 2016, um conjunto de medidas de política das quais se destacam:

1. No âmbito da política europeia:

- Cumprimento das regras de consolidação orçamental e equilíbrio das finanças públicas, sob escrutínio do Parlamento nacional e em diálogo com a Comissão Europeia;
- Participação ativa num novo impulso para a União Europeia, com a defesa da reorientação para políticas de convergência e a consolidação do compromisso com a União Económica e Monetária e o aprofundamento do mercado interno;
- Participação ativa em iniciativas europeias, designadamente na resposta à crise dos refugiados, na elaboração e implementação do Acordo UE-Turquia e na preparação do Compacto das Migrações;
- Participação na elaboração da Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança, e nas missões europeias de segurança cooperativa e projeção de estabilidade;
- Acompanhamento do dossiê “Brexit”;
- Estratégia de comunicação pública sobre a participação e o papel de Portugal na UE, designadamente através da organização do ciclo de conferências “*União Europeia - 30 anos, dez debates*”; e da criação do Ponto Europeu de Cidadania, para informação sobre as oportunidades do Programa Europa para os Cidadãos.

2. No âmbito das relações multilaterais:

- Apresentação da candidatura do Eng.º António Guterres a Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas;
- Apoio aos processos de candidatura de que resultaram as nomeações do Eng.º Jorge Moreira da Silva para Diretor-Geral para a Cooperação e o Desenvolvimento da OCDE e do Dr. Santos Pais para o Comité de Direitos Humanos;
- No quadro das Nações Unidas, forte reforço da participação portuguesa em missões de paz; assunção plena das responsabilidades inerentes à condição de membros do



Conselho de Direitos Humanos e do Comité do Património Mundial; promoção da iniciativa de Resposta Rápida a Situações de Emergência no Ensino Superior; e valorização das atividades da Comissão Nacional da UNESCO e das redes de escolas, centros e clubes e cátedras associadas;

- Ainda no quadro das Nações Unidas, envolvimento na agenda das alterações climáticas, com a ratificação do Acordo de Paris; e na Agenda 2030 por via da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
- No quadro da CPLP, contribuição para a aprovação da Nova Visão Estratégica e para a designação dos novos órgãos de direção; apresentação da proposta de livre circulação no espaço da CPLP como instrumento decisivo para a construção progressiva da cidadania lusófona;
- No quadro da NATO, participação no processo de que resultaram as decisões da Cimeira de Varsóvia, insistindo designadamente na importância estratégica do “flanco sul”, bem como da segurança marítima;
- No quadro da luta global contra terrorismo, participação nas plataformas europeias de cooperação entre organismos de segurança e informações e participação em missões internacionais, designadamente no quadro da Coligação Internacional de Combate ao Daesh;
- No quadro da OSCE, assunção da Presidência do Fórum para a Cooperação na Segurança;
- No quadro do Conselho da Europa, como líderes da iniciativa pela abolição da pena de morte e valorizando o Centro Norte-Sul, sediado em Lisboa;
- No quadro do relacionamento entre a Europa e a América Latina, celebração do Acordo Sede para a instalação de um escritório da OEI em Lisboa e participação da 25.ª Cimeira Ibero-Americana e na reunião ministerial da União Europeia com a Comunidade de Estados Latino-americanos e das Caraíbas;
- Promoção da valorização de outros fóruns de diálogo político regional, na área de cooperação, desenvolvimento e segurança, designadamente através da participação na Cimeira da União Africana, no *Med Group* (Grupo Informal do Mediterrâneo), na União para o Mediterrâneo e nas cimeiras ASEM e UE-ASEAN; e através da coordenação de iniciativas no âmbito do Diálogo 5+5 e da presidência do Grupo G7++ Amigos do Golfo da Guiné.

3. No âmbito do reforço das relações bilaterais, destacam-se os seguintes desenvolvimentos:

- Consolidação das relações bilaterais com países europeus (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Espanha, França, Luxemburgo, Reino Unido, Alemanha, Suíça, Itália, Grécia, Países-Baixos, República Checa, Dinamarca, Andorra, Albânia, Rússia, Áustria, Ucrânia).
- Aprofundamento do relacionamento bilateral com os Estados Unidos da América, no contexto das consultas políticas prosseguidas, designadamente, na Comissão Bilateral Permanente, e conseqüente reforço da cooperação setorial, com destaque para as áreas da defesa, justiça, administração interna, ciência, tecnologia, energia e ambiente;
- Aprofundamento do relacionamento com o Brasil, no contexto das instâncias de diálogo bilateral, nomeadamente da Comissão Permanente e respetivas Subcomissões



temáticas, e ainda no âmbito da preparação e participação na XII Cimeira Luso-Brasileira;

- Valorização dos laços com a América Latina, reforçando o relacionamento com vários países da região (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Uruguai, Argentina, Chile, Costa Rica, Cuba, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela);
- Acompanhamento do relacionamento bilateral com os países africanos de língua portuguesa, promovendo, designadamente, o relacionamento económico; e reforço do relacionamento com os países da África Subsaariana, considerando, designadamente a presença de comunidades portuguesas, os interesses comuns em matéria económica, de segurança e de estabilização institucional (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Angola, Cabo Verde, Costa do Marfim, Etiópia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal e Togo);
- Dinamização das relações bilaterais com os países da região do Magrebe nas suas múltiplas vertentes, por via da aplicação das conclusões das Cimeiras de Alto Nível realizadas em 2015 com Argélia, Marrocos e Tunísia, e das visitas bilaterais àqueles três países e ao Egito, na primavera de 2016;
- Fortalecimento da relação bilateral com os países do Médio Oriente e do Golfo (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Irão, Koweit e Qatar);
- Aprofundamento das relações com os países da Ásia-Pacífico, através da realização de visitas bilaterais (com especial ênfase à dimensão económica), de consultas políticas e da negociação de instrumentos bilaterais (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: China, Coreia do Sul, Japão e Timor-Leste).

4. No âmbito da promoção da língua e cultura portuguesas:

- Difusão e internacionalização da língua e cultura portuguesas, no contexto da formação superior, nomeadamente, através de:
 - Expansão da rede Camões de ensino superior em universidades estrangeiras, com a criação de novos leitorados e de novos centros de língua portuguesa;
 - Expansão da rede de cátedras, promovendo o ensino e investigação em estudos de língua e cultura portuguesa, com a criação das novas cátedras de Goa (Índia), Praia (Cabo Verde) e Vigo (Espanha);
- Consolidação e desenvolvimento da rede de ensino português como língua de herança e da integração do português como língua estrangeiros em sistemas de ensino básico e secundário, através de:
 - Continuação da qualificação do ensino português no estrangeiro, através de melhorias nos processos de certificação das aprendizagens dos alunos, na formação contínua de professores e na promoção da leitura, assim como pela introdução de novas plataformas eletrónicas de apoio ao ensino e à aprendizagem;
 - Promoção da integração curricular do português como língua estrangeira em currículos nacionais ou regionais de interesse geoestratégico ou de diásporas de longa implementação, com destaque para países europeus (como Croácia, a Bulgária, a Espanha, a França, a Hungria ou a República Checa) e africanos (como a Costa do Marfim e a Tunísia);



- Disponibilização de elementos de apoio básico à difusão e ensino de português (manuais escolares), assim como de novas ofertas de ensino de português para fins específicos, (comércio, justiça, ciência, etc.);
- Reforço da presença da língua portuguesa em organizações internacionais, a saber: na *United Nation Office* em Nairobi (Quénia), no Banco Africano de Desenvolvimento, em Abidjan (Costa do Marfim), e na Comunidade Económica dos Estados Africanos, em Abuja (Nigéria);
- Aprovação da Resolução de Conselho de Ministros que visa a coordenação entre os serviços dos ministérios dos Negócios Estrangeiros, Cultura e Economia envolvidos na promoção internacional do património e da criação artística portuguesa, e estabelece um programa nacional anual de ação cultural externa;
- Aprovação da Resolução de Conselho de Ministros que visa, em coordenação com o Ministério da Ciência e da Tecnologia e do Ensino Superior, promover a valorização da internacionalização do ensino superior e da investigação científica e tecnológica portuguesa e o recurso sistemático à diplomacia científica.

5. No âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento:

- Implementação do novo modelo de cooperação portuguesa para o desenvolvimento, que se traduz nos seguintes principais eixos de atuação: maior concentração geográfica e temática; coordenação pelo MNE; priorização da cooperação delegada da UE e diversificação de fontes de financiamento; valorização e melhoria de condições dos agentes de cooperação no terreno; maior participação de ONGDs, fundações, instituições ensino superior e setor privado;
- Conclusão e assinatura do novo Programa Estratégico de Cooperação (PEC) com S. Tomé e Príncipe; negociações dos PECs com Angola, Cabo Verde e Moçambique; e acompanhamento dos demais programas em curso, em Timor-Leste e na Guiné-Bissau;
- Reforço do programa de bolsas do Camões, I.P. para estudantes lusófonos em Portugal;
- Estabelecimento de parcerias de cooperação triangular com Brasil, Chile e Uruguai;
- Reforço da capacidade de intervenção das ONGDs nacionais e de captação de fundos europeus e internacionais no quadro da cooperação e da educação para o desenvolvimento, daí resultando o aumento do volume de cofinanciamento disponível para projetos complementares à cooperação institucional;
- Reposicionamento estratégico da SOFID como estrutura de apoio ao financiamento da cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente como instrumento de alavancagem de financiamentos multilaterais.

6. No âmbito da atividade consular e da valorização das relações com as comunidades portuguesas:

- Lançamento da iniciativa Diálogos com as Comunidades, com a primeira realização a suceder em Bruxelas, em outubro de 2016;
- Abertura do primeiro Espaço do Cidadão no estrangeiro, no Consulado-Geral de Portugal em Paris;
- Contacto e apoio e de visitas às comunidades portuguesas residentes no estrangeiro (países visitados: na Europa, Alemanha, Andorra, Bruxelas, Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Reino Unido e Suíça); na América, Brasil, Canadá, EUA, Venezuela; em



- África, Argélia, Cabo Verde, Marrocos, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tunísia);
- Reforço da rede consular, das atividades dos consulados e do programa de permanências consulares, alargando o número de utentes atendidos e o número de atos praticados;
 - Alargamento da rede e reforço das atribuições dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), com a inclusão de funcionalidades relacionadas com as atividades de investimento e do turismo, tendo sido já celebrados 26 protocolos para criação de novos GAE, com diversos municípios, e celebrados nove protocolos com outros municípios para reforço de atribuições;
 - Criação do primeiro Gabinete de Apoio ao Emigrante num município estrangeiro, em França (com a assinatura de protocolo de cooperação institucional nos domínios consular, cultural, social e empresarial);
 - Promoção de ações de divulgação dos direitos dos portugueses emigrantes em questões fiscais, laborais, sociais, de segurança, de cidadania e de igualdade de género;
 - Promoção da diáspora portuguesa enquanto alavanca da internacionalização da economia portuguesa, nomeadamente através da revitalização do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora e do reforço da cooperação com as câmaras de comércio lusas no estrangeiro;
 - Valorização das redes que reúnem estudantes, investigadores e profissionais pós-graduados portugueses na Alemanha, Estados Unidos, França e Reino Unido;
 - Valorização do Conselho das Comunidades Portuguesas, designadamente com a realização da Reunião Plenária do Conselho, tendo sido definidas novas formas de organização e funcionamento.

7. No âmbito da diplomacia económica e do apoio à internacionalização da economia

- Prossecução do objetivo estratégico de aumento da captação e retenção de investimento, através, designadamente, de:
 - Realização de missões de captação de investimento direto estrangeiro para Portugal, nos seguintes países: Alemanha, Arábia Saudita, Bahrein, Brasil, China, Emiratos Árabes Unidos, França, Japão, Koweit e Qatar;
 - Reforço da rede de especialistas na captação de investimento direto estrangeiro (IDE) - *FDI Scouts* - em mercados estratégicos emissores de IDE (início das missões dos *FDI Scouts* na Europa e do processo de colocação na Ásia);
- Apoio à contratualização de Investimento Direto Estrangeiro, com aproveitamento do Portugal 2020;
- Recuperação do ritmo de processamento das autorizações de residência para investimento (ARIs), cujo valor, em 2016, quase duplicará o verificado em 2015;
- Realização de missões de apoio à internacionalização de empresas e às empresas exportadoras (quer para abertura de novos mercados, quer em mercados já com presença de empresas portuguesas) e de missões no âmbito da cooperação económica bilateral, nos seguintes países: Alemanha, Angola, Argélia, China, Egipto, Emiratos Árabes Unidos, França, Itália, Irão, México, Macau, Marrocos, Tunísia e Venezuela;



- Realização das Comissões Mistas ou de Acompanhamento, de cooperação bilateral, com Arábia Saudita, China, Coreia do Sul, Região Administrativa Especial de Macau e Venezuela;
- Expansão da rede externa da AICEP, com abertura de novas delegações em Zurique, Teerão e Havana;
- Realização da 20.ª Edição do Programa INOV-Contacto;
- Apoio à implementação, coordenação e participação no evento internacional *Web Summit*;
- Reformulação do Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia, de forma a conseguir maior eficácia no desempenho da sua missão.

8. No âmbito da gestão do MNE, podem ser ainda destacadas as seguintes medidas:

- Realização da 1ª edição do PEPAC-MNE, com a participação de 86 estagiários, que realizaram estágios em três áreas (diplomacia económica, diplomacia política e apoio consular e política comercial);
- Nova plataforma informática de cadastro e inventário de bens para os serviços periféricos externos do MNE;
- Aprovação do plano TIC para o biénio 2016/2017, com investimentos estimados em 11M€, que integra, designadamente, no âmbito do programa SAMA2020 a Plataforma de interoperabilidade e comunicações do MNE;
- Aprovação do mecanismo definitivo de correção cambial para os funcionários dos serviços periféricos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

III MEDIDAS DE POLÍTICA PARA 2017

No âmbito da execução da política externa, é importante manter a afirmação de pertença europeia, de vinculação ao multilateralismo, de ligação com vários espaços regionais, de reforço das relações bilaterais, de valorização das comunidades portuguesas, de promoção da internacionalização da língua e da cultura portuguesas, de comprometimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo no domínio da cooperação para o desenvolvimento. Fulcral é, também, ter uma atuação concertada nos vários domínios setoriais e articulada com os mais diversos atores no domínio da diplomacia económica, com vista ao reforço da internacionalização da economia portuguesa e à captação de investimento direto estrangeiro.

Assim, a política externa, como instrumento de afirmação de Portugal no Mundo, desenvolver-se-á em torno dos seguintes eixos de atuação:

- Política europeia;
- Relações multilaterais;
- Relações bilaterais;
- Internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesa;
- Cooperação para o desenvolvimento;
- Promoção da cidadania lusófona;
- Valorização das comunidades portuguesas;
- Diplomacia económica e internacionalização da economia portuguesa.



1. No âmbito da política europeia:

Em 2017, o Governo manterá no centro da sua ação política o debate das questões europeias, através de uma participação construtiva nas instâncias europeias, mas também com recurso à coordenação com Estados-membros, a geometria variável, permitindo assim uma atuação mais alargada, em termos de alianças e formação de consensos. Serão, assim, empreendidas as seguintes medidas de política:

- Consolidação do cumprimento das regras de União Económica e Monetária (UEM), combinando o Programa de Estabilidade com o desenvolvimento das reformas estruturais previstas no Plano Nacional de Reformas;
- Empenho na concretização de uma UEM equilibrada em todas as suas dimensões:
 - Apoio à implementação de uma capacidade orçamental para a zona euro, com vista a responder a choques assimétricos e apoiar os esforços de convergência;
 - Valorização da dimensão social, tendo em vista o estabelecimento de um Pilar Europeu de Direitos Sociais;
 - Consolidação da União Bancária, nomeadamente através da criação do seu terceiro pilar: o Mecanismo Europeu de Garantia de Depósitos;
 - Reforço do Fundo de Resolução, através da constituição de uma linha de crédito;
 - Transformação do Mecanismo Europeu de Estabilidade num Fundo Monetário Europeu;
 - Promoção da harmonização fiscal e social;
 - Apoio aos esforços desenvolvidos a nível europeu no que respeita ao combate à fraude, evasão e elisão fiscais.
- Reforço da Governação Económica, reduzindo os desequilíbrios económicos e sociais entre Estados membros, tornando o Semestre Europeu mais eficaz e com regras mais claras, dotado de maior legitimidade democrática e transformado num instrumento de convergência e promotor de crescimento económico;
- Criação do Eurogrupo da Coesão Social e do Emprego, como instrumento de combate à pobreza e ao desemprego e de promoção da qualidade de vida dos europeus;
- Avanço da implementação do Mercado Interno, com destaque para o Mercado Único Digital e a União para a Energia, as medidas da Economia Circular e o Mercado Europeu de Capitais;
- Continuação da defesa dos interesses nacionais e europeus na revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 e na preparação do período pós-2020;
- Apoio a uma estratégia de relançamento do investimento e avaliação das potencialidades dos fundos estruturais e de investimento;
- Consolidação da União Europeia (UE) como espaço de livre circulação de pessoas, com o aperfeiçoamento dos princípios basilares e mecanismos afetos ao Espaço Schengen, incluindo o controlo mais efetivo das fronteiras externas da UE, através, designadamente, da Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia e a criação do sistema de fronteiras inteligentes (*smart borders*);
- Desenvolvimento de uma política de migrações, assente no incentivo a vias de migração regular; no combate às causas das migrações através da cooperação estruturada com



- países terceiros de origem e de trânsito; e na participação nas respostas conjuntas a crises humanitárias;
- Participação na política para os refugiados e requerentes de asilo, designadamente através da reforma do sistema comum de asilo;
 - Promoção da estratégia europeia de luta contra o terrorismo, nas suas múltiplas vertentes, nomeadamente através da implementação de programas de reabilitação urbana e de integração de comunidades em risco de exclusão;
 - Participação na implementação da Estratégia Global de Segurança e Política Externa da UE e no desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa;
 - Contribuição para o desenvolvimento da Política Europeia de Vizinhança, quer a Sul, quer a Leste, com a atenção específica, da parte de Portugal, à relação com o espaço regional do Mediterrâneo, do Sahel e de África Ocidental;
 - Envolvimento ativo nos debates destinados a consolidar e reforçar as relações da União Europeia com regiões/países terceiros, em particular com os parceiros estratégicos, desde logo na preparação das cimeiras periódicas da União Europeia com esses países e/ou regiões; neste quadro, preparação da 5ª Cimeira UE-África, retomando Portugal o seu papel de impulsionador do diálogo euro-africano e contribuindo para a definição e implementação das prioridades da Estratégia Conjunta UE-África para o próximo triénio, valorizando a sua dimensão política e pan-africana;
 - Participação ativa no processo de negociação da saída do Reino Unido da UE, atentos os pontos ofensivos e defensivos de Portugal, e tendo ainda em vista a defesa dos direitos e interesses da comunidade portuguesa residente naquele país e a manutenção da dimensão estratégica do relacionamento bilateral, no plano político e económico;
 - Acompanhamento da implementação da nova estratégia comercial da UE com vista a assegurar, por um lado, a abertura de novos mercados e, por outro, contribuir para uma regulação equilibrada da globalização; especial atenção será dada às negociações comerciais em curso relativas à Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), ao Acordo UE/Mercosul, assim como às negociações com a China e com o Japão; também as negociações comerciais com os países ASEAN e com os países do Magrebe e a ratificação do Acordo com o Canadá continuarão a merecer uma particular atenção;
 - Participação na criação do Centro Comum de Vistos da União Europeia em São Tomé e Príncipe;
 - Promoção do debate público sobre a União Europeia e sobre a participação de Portugal, em duas dimensões: identificando as expectativas dos cidadãos relativamente às instituições e projeto europeu; e apresentando resultados concretos inerentes às políticas europeias, com impacto e benefícios relevantes na vida dos cidadãos;
 - Implementação da medida Simplex+: Sistema de alerta de diretivas.

2. No âmbito das relações multilaterais merecem destaque, para o ano de 2017, as seguintes medidas:

- Participação ativa no sistema das Nações Unidas, com destaque para o mandato como membro do Conselho de Direitos Humanos (2015-2017), para a participação nacional em operações de paz e de capacitação, para a Aliança das Civilizações e para a promoção da educação e da cultura, designadamente como membro eleito do Comité do Património Mundial da UNESCO (2013-2017);



- Ênfase na dimensão de diplomacia para os direitos humanos, nomeadamente no quadro do Conselho da Europa e da Organização para a Cooperação e Segurança Europeia, além do Conselho de Direitos Humanos e outros fóruns relevantes;
- Empenho na candidatura de Portugal ao Conselho Executivo da UNESCO para o mandato 2017-21;
- Acompanhamento e defesa, perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
- Reforço da participação na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, na sequência, nomeadamente, da presidência por Portugal do seu Comité para as Relações Externas;
- Participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte, valorizando a dimensão política da Aliança, nomeadamente nas dimensões de projeção de estabilidade e segurança cooperativa;
- Participação na Conferência Ibero-Americana, considerando o seu amplo potencial nos planos político-diplomático, de cooperação, cultural e económico e tendo designadamente em vista a implementação das deliberações da Cimeira de Cartagena das Índias;
- Valorização de fóruns de diálogo político regional, tirando partido da capacidade nacional de interlocução com diferentes espaços regionais e com especial relevo para as iniciativas em torno do Mediterrâneo (Diálogo 5+5 e União para o Mediterrâneo); na relação com África, para a União Africana e as organizações regionais africanas; assim como com organizações regionais na América Latina.

3. No âmbito das relações bilaterais:

No contexto das relações bilaterais, o Governo tem como objetivo continuar a desenvolver relações bilaterais políticas, económicas e culturais com países situados em todas as regiões do mundo, pois a amplitude de perspetivas do nosso relacionamento internacional é um dos ativos principais da política externa portuguesa. Em 2017, destaca-se o relacionamento:

- Com os Estados Unidos, quer no quadro do Acordo de Cooperação e Defesa, quer no quadro dos programas de cooperação económica, científica, tecnológica e de ensino superior, em curso e a desenvolver, destacando-se o projeto de criação, nos Açores, do AIR, centro internacional de investigação e desenvolvimento nas áreas do espaço e dos oceanos;
- Com a Espanha, atenta a vizinhança geográfica e os interesses partilhados, a comum participação na União Europeia e o nível de integração económica atingido no espaço ibérico;
- Com o Reino Unido, tirando partido da densidade histórica da aliança luso-britânica e tendo como foco adicional o tratamento das questões que o processo de saída do Reino Unido da União Europeia coloca, também no plano bilateral;
- Com o Brasil, considerados os laços históricos profundos, a responsabilidade partilhada na difusão e promoção da língua portuguesa, as sólidas relações económicas e as possibilidades de parceria na cooperação com outros países lusófonos, acompanhando a implementação das decisões da Cimeira Bilateral de 2016;
- Com o Canadá, atenta a redinamização da relação político-diplomática e a dimensão e representatividade da comunidade portuguesa e lusodescendente;



- Com os países africanos de língua portuguesa e Timor Leste, promovendo o relacionamento económico e valorizando também no plano bilateral os recursos e instrumentos de cooperação, destacando-se a realização das cimeiras bilaterais com Cabo Verde e Moçambique e dos encontros de alto nível com Angola e a participação nos esforços internacionais de estabilização política e institucional da Guiné Bissau;
- Com os países da África Ocidental, Oriental e Austral, considerando quer as relações históricas, quer os interesses comuns em matéria económica, de segurança e de estabilização institucional, quer a presença, em muitos deles, de importantes comunidades portuguesas; no caso específico da África Ocidental, promover-se-á a penetração da língua portuguesa no sistema de ensino de vários países, com destaque para a Costa do Marfim e o Senegal;
- Com os países do Magrebe, do Médio Oriente e do mundo árabe em geral, tendo em conta os desafios de segurança na vizinhança sul e as possibilidades de aprofundamento do relacionamento bilateral, no plano político, económico e cultural, realizando-se em 2017 as Cimeiras de Alto Nível com Argélia, Marrocos e Tunísia;
- Com os países latino-americanos, diversificando e aprofundando as relações diplomáticas, culturais e económicas, atentas as afinidades históricas e culturais, bem como o potencial de desenvolvimento de tais países e as oportunidades que oferecem às empresas portuguesas, designadamente na Argentina e no México;
- Com os países da Europa de Leste e da Ásia Central, tendo designadamente em vista os interesses comuns em termos estratégicos e de relacionamento económico e comercial;
- Com os países da Ásia do Sul e do Sudeste, assim como os da grande região Ásia-Pacífico, destacando-se a China, a Coreia do Sul, a Índia, a Indonésia e o Japão; no caso da China, promover-se-á a Parceria Estratégia Global, tirando o máximo partido dos avanços conseguidos com a visita oficial do Primeiro-Ministro e a implementação dos acordos e protocolos assinados naquela ocasião; no caso da Coreia do Sul, dar-se-á seguimento às conclusões da recente Comissão Mista Económica; com a Índia, concretizar-se-á a visita oficial do Primeiro-Ministro no início do ano para explorar o potencial desta relação bilateral.

4. No âmbito da internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesa:

O Governo prosseguirá, em 2017, a política de internacionalização da língua portuguesa através da oferta de ensino de português no mundo e de instrumentos diversos, destacando-se a capacidade de certificação em língua portuguesa e a aposta no digital. Neste domínio, importa ainda continuar a cooperação e o desenvolvimento de estratégias comuns com os países de língua portuguesa. Intrinsecamente relacionada está a internacionalização da cultura e da ciência portuguesas, a que o Governo dedicará atenção reforçada em 2017. Destacamos, assim, as seguintes medidas:

- Consolidação da rede de ensino de português no estrangeiro (nível básico e secundário), quer como língua de herança, quer como língua estrangeira integrada nos currículos nacionais ou regionais de diferentes países;
- Reforço da rede de ensino superior no estrangeiro através de leitorados, novas cátedras de português e novos Centros de Língua Portuguesa, e da disponibilização de materiais de apoio científico e pedagógico;



- Disponibilização de elementos de apoio ao ensino de português, designadamente referenciais de formação e sistema de certificação;
- Aposta na credenciação do português nos sistemas de acesso ao ensino superior, constituindo os EUA uma prioridade clara;
- Aposta no digital e no ensino à distância, com certificação associada, para fazer face aos novos tipos de procura, geograficamente dispersos, de português língua estrangeira, língua materna e para fins específicos (comercial, jurídico, científico, etc.), com novos conteúdos suportados nas novas tecnologias e oferta de cursos de formação contínua de professores;
- Lançamento das medidas Simplex+: *App eLearning* Camões, Arquivo e Novo Portal de Serviços do Camões+ acessível;
- Aposta no reforço da utilização do português como língua oficial em organizações internacionais, em especial no sistema das Nações Unidas;
- Estabelecimento de parcerias com os organismos académicos especializados e com as instituições congéneres dos demais países de língua portuguesa para aperfeiçoar os instrumentos de acompanhamento da sua evolução;
- Apoio à atividade do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), contribuindo para o reforço previsto na Nova Visão estratégica da CPLP;
- Lançamento do primeiro programa indicativo anual da ação cultural externa, em articulação com o Ministério da Cultura, e implementação da nova Resolução de Conselho de Ministros sobre esta temática;
- Implementação da Resolução de Conselho de Ministros que visa, em coordenação com o Ministério da Ciência e da Tecnologia e do Ensino Superior, promover a valorização da internacionalização do ensino superior e da investigação científica e tecnológica em Portugal; da ciência e do ensino superior na cooperação com países terceiros; da cooperação internacional em ciência e tecnologia; do relacionamento com as comunidades académicas e científicas portuguesas residentes no estrangeiro; e a promoção da diplomacia científica.

5. No âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento, destacam-se as seguintes medidas para 2017:

- Promoção e acompanhamento dos esforços de implementação, a nível internacional, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030;
- Desenvolvimento da parceria privilegiada com os países da língua portuguesa, concretizada nos Programas da Cooperação em curso, cientes de que a língua e a cultura são instrumentos da nossa cooperação que devem ser valorizados; em particular, prevê-se, para 2017, a assinatura do Programa Executivo de Cooperação com Angola e dos Programas Estratégicos de Cooperação com Cabo Verde e Moçambique; será feito o acompanhamento do mais recente programa assinado, o de São Tomé e Príncipe, e do programa em curso com Timor-Leste; logo que as condições institucionais na Guiné-Bissau o permitam, pretende-se incrementar o nível de cooperação com este país, sem prejuízo da continuação de todas as atividades consentidas pela situação atual;
- Aproveitamento de oportunidades de diversificação de financiamentos e de parcerias com valor acrescentado para Portugal e para os países parceiros;



- Aproveitamento das oportunidades resultantes das fontes de financiamento da União Europeia no âmbito da sua ação externa;
- Promoção de iniciativas de cooperação triangular, incluindo alargamento a novas geografias como América Latina, África Ocidental e Norte de África;
- Implementação do novo plano estratégico da SOFID;
- Acompanhamento da nova política de bolsas, associando o setor privado e outras entidades;
- Implementação das medidas Simplex+: Cooperação Online, Novo Portal de Serviços Camões + acessível e desmaterialização de processos no âmbito da gestão de projetos de cooperação;
- Valorização da dimensão da ajuda humanitária, nomeadamente do Mecanismo de Resposta Rápida no Ensino Superior em Situações de Emergência.

6. No domínio da cidadania lusófona, destacam-se as seguintes medidas para 2017:

- Contribuição para a implementação da Nova Visão Estratégica da CPLP, recentemente aprovada em Brasília, e incremento das atividades, designadamente através do reforço do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, da abertura da CPLP à sociedade civil, aos Observadores Associados e aos Consultivos e às comunidades lusófonas vivendo fora do espaço da CPLP;
- Implementação das deliberações da Cimeira de Brasília de 2016, no sentido da promoção da mobilidade e livre circulação dos nacionais de Estados-membros, tendo em vista a progressiva construção de uma cidadania da CPLP;
- Participação no desenvolvimento de um espaço multifacetado de cooperação, no âmbito da investigação científica em torno do mar, do comércio internacional, da valorização da orla costeira, da promoção da pesca e da exploração económica e ambientalmente sustentável dos recursos marinhos;
- Participação no desenvolvimento de um programa de cooperação no âmbito da energia, no espaço económico da língua portuguesa;
- Participação no desenvolvimento de um programa de intercâmbio universitário vocacionado especificamente para a circulação de estudantes de língua portuguesa;
- Participação no desenvolvimento de um espaço comum para o ensino à distância assente no uso das TICs e no aproveitamento das redes sociais, em colaboração com entidades públicas e do setor social;
- Valorização e promoção do património comum ou partilhado, nomeadamente no quadro do Património Mundial da UNESCO;
- Relançamento do Programa da Rede Bibliográfica da Lusofonia e da presença de Portugal nos certames internacionais do livro, na dupla vertente de cooperação com as comunidades de língua portuguesa e intensificação da internacionalização da literatura portuguesa;
- Desenvolvimento de mecanismos de interoperabilidade entre os serviços públicos dos diferentes países da CPLP, à semelhança do que já acontece entre Cabo Verde e Portugal;
- Apoio à criação da «Carta de Cidadão Lusófono», enquanto instrumento jurídico de reconhecimento a todos os cidadãos de vários direitos no espaço lusófono.



7. No âmbito da valorização das relações com as comunidades portuguesas, destacam-se as seguintes medidas para 2017:

- Prossecução dos Diálogos com as Comunidades;
- Reforço da rede consular em áreas geográficas prioritárias, designadamente na Europa e nos Estados Unidos da América, e incremento do apoio às comunidades nos países que passam por dificuldades económicas ou políticas circunstanciais;
- Continuação da modernização da rede consular numa ótica de simplificação e de proximidade com os utentes, tendo em vista, designadamente a implementação da medida Simplex+: e-Consulado, que permitirá, através do Sistema de Gestão Consular, um melhor e mais eficiente funcionamento da rede diplomática e consular, assegurando novas funcionalidades, tais como a inscrição consular única;
- Acompanhamento do serviço prestado no novo Espaço do Cidadão no Consulado Geral em Paris e extensão deste serviço a outros consulados;
- Consolidação da ação do Gabinete de Emergência Consular (GEC) e da articulação entre este, os outros serviços relevantes e a rede consular do MNE, de forma a reforçar a proteção consular dos portugueses residentes no estrangeiro;
- Promoção das ações de divulgação dos direitos dos portugueses emigrantes em questões fiscais, laborais e sociais, designadamente através da rede de Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE) de segunda geração, nos quais igualmente se destaca a inclusão de funcionalidades relacionadas com as atividades de investimento e do turismo;
- Continuação do desenvolvimento da atividade do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID) para apoio na atração de investimento em Portugal da diáspora portuguesa;
- Desenvolvimento da coordenação entre as atividades do GAE e do GAID para disponibilizar um serviço mais integrado e com maior interesse na perspetiva do cidadão nacional que regressa a Portugal ou que pretende iniciar ou já iniciou um processo migratório;
- Valorização do associativismo entre as comunidades, assim como das redes de profissionais, nomeadamente de pós-graduados e de investigadores;
- Promoção e apoio às atividades do Conselho das Comunidades Portuguesas;
- Apoio às iniciativas do Conselho da Diáspora;
- Consolidação dos mecanismos de apoio social a emigrantes carenciados (ASIC e ASEC);
- Incentivos à participação eleitoral dos cidadãos residentes no estrangeiro, nomeadamente através da simplificação da inscrição nos cadernos eleitorais nos serviços consulares e da abertura de mais mesas de voto;
- Prossecução da atualização da política de vistos e de autorizações de residência.

8. No âmbito da diplomacia económica e do apoio à internacionalização da economia

Em 2017, o Governo pretende continuar a sua aposta na internacionalização da economia portuguesa e no apoio às empresas. Fá-lo por duas formas complementares. Uma é por via da exploração de novos mercados-alvo (seja de exportação ou de implantação das empresas portuguesas, seja de captação de investimento direto estrangeiro). Outra é o reforço da penetração em mercados já com alguma presença de empresas portuguesas ou de onde já



provenha investimento para Portugal. A atuação do Governo continua, assim, em 2017, assente em três domínios fundamentais: a promoção do comércio externo, a captação de investimento direto estrangeiro e a promoção do investimento português no estrangeiro. Para o efeito, uma maior coerência e alavancagem das potenciais oportunidades para a consolidação do crescimento da economia portuguesa será obtida, em termos de ação externa, através da atuação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como responsável pela diplomacia económica e pela coordenação da dimensão externa da atividade governativa das diferentes áreas e vertentes setoriais e da articulação entre os vários atores, públicos e privados. De entre as medidas que serão desenvolvidas, destacam-se as seguintes:

- Implementação do Programa Internacionalizar, com o objetivo de promover a dinamização da economia portuguesa, criando condições para o investimento (quer o direto estrangeiro, quer o português no estrangeiro), a inovação, a competitividade e as exportações e o empreendedorismo no contexto da globalização;
- Colaboração na implementação do Programa Capitalizar;
- Aprovação e implementação do Plano Estratégico da AICEP para 2017-2019;
- Reforço da eficácia da rede externa e interna de apoio às empresas, em articulação funcional com a rede diplomática e consular portuguesa e com a rede de turismo;
- Expansão da rede comercial com a abertura de novas delegações da AICEP em mercados-chave;
- Realização de missões de apoio à internacionalização de empresas e às empresas exportadoras, nomeadamente para potenciar a abertura de novos mercados e o incremento das exportações, assim como para reforço da penetração de mercados já com alguma presença de empresas portuguesas, designadamente Argentina Austrália, Brasil, Chile, Colômbia, Índia, Indonésia, México e Peru;
- Realização de missões para captação de investimento direto estrangeiro, nomeadamente em países com excessos de liquidez ou com uma forte apetência para a exportação de capitais para a Europa, e seguimento das missões realizadas à China, Brasil, Japão e Países do Golfo;
- Acompanhamento da execução dos programas de atração de investimento direto estrangeiro e aproveitamento daqueles que potenciem recursos humanos qualificados, projetos de I&D inovadores e que possam funcionar como fator de dinamização de novos *clusters* impulsionadores da economia portuguesa;
- Criação de novos instrumentos de captação de investimento direto e de capital estrangeiro;
- Apoio à criação de centros logísticos e de distribuição de produtos, como instrumento de alavancagem da exportação de produtos portugueses, nomeadamente do setor agroalimentar;
- Apoio ao programa de valorização da economia do mar;
- Participação em feiras internacionais nos vários setores da economia, promovendo Portugal e as empresas portuguesas;
- Desenvolvimento do trabalho das Comissões Mistas constituídas no âmbito das relações bilaterais, assim potenciando novos contextos de cooperação económica;
- Aproveitamento do valor económico das comunidades portuguesas e da influência da rede da diáspora portuguesa nos seus países de acolhimento para promover a captação de investimento direto estrangeiro e a imagem de Portugal no mundo; apoio a empresas de portugueses e lusodescendentes no estrangeiro, designadamente através do desenvolvimento de parcerias internacionais estratégicas entre empresas;

- Valorização do papel dos consulados e consulados honorários na diplomacia económica;
- Valorização do papel das câmaras de comércio no estrangeiro;
- Apoio à organização da edição de 2017 do evento *Web Summit* e seu aproveitamento como alavanca da internacionalização da economia portuguesa, mormente no domínio das *start-ups* e da inovação tecnológica e digital;
- Realização da 21.ª edição do Programa INOV-Contacto;
- Preparação das medidas Simplex+: Apoio ao Investidor e Portal das Exportações.

IV CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO DO MNE PARA 2017

A evolução dos recursos financeiros ao dispor da ação externa caracteriza-se, na comparação entre 2016 e 2017, por um ligeiro reforço, em especial no que se refere a receitas gerais do Orçamento do Estado.

Com efeito, o orçamento ajustado do programa 03 - Representação Externa para 2017 é de 378,5 M€, o que compara com os 374,4 M€ de orçamento ajustado de 2016 (já compreendida, em ambos os valores, a verba relativa à AICEP).

O Orçamento Ajustado para 2017 (orçamento líquido de cativos), no valor de 378,5 M€, traduz um aumento de 1,1% comparativamente ao orçamento ajustado de 2016.

V DESPESA CONSOLIDADA

Quadro V.1 – Despesa consolidada do MNE

	(M€)		Variação	Estrutura 2017
	2016	2017		
	Orçamento ajustado	Orçamento ajustado		
Estado	300,8	314,2	4,5%	69,3%
1.Atividades	295,1	303,5	2,9%	67,0%
1.1.Com cobertura em receitas gerais	276,2	281,5	1,9%	62,1%
Funcionamento em sentido estrito	204,7	210,0	2,6%	46,3%
Dotações específicas	71,5	71,5	0,0%	15,8%
Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais	71,5	71,5	0,0%	15,8%
1.2.Com cobertura em receitas consignadas	18,9	22,0	16,5%	4,9%
2.Projetos	5,7	10,6	87,9%	2,3%
2.1.Financiamento nacional	5,0	8,5	69,0%	1,9%
2.2.Financiamento comunitário	0,7	2,2	231,0%	0,5%
Serviços e Fundos Autónomos	103,2	105,8	2,5%	23,3%
Entidades Públicas Reclassificadas	37,6	33,1	-12,0%	7,3%
Consolidação entre e intrasubsetores	67,2	74,6	11,0%	
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	374,4	378,5	1,1%	
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	374,4	378,5	1,1%	

Em termos globais, considerando o Orçamento Ajustado para 2017 o Subsector Estado regista uma variação positiva de 4,5% face a 2016 explicada pelo aumento do financiamento através de

receitas consignadas e do reforço das dotações que financiam projetos de investimento, e contempla o impacto da reposição de rendimentos.

A dotação específica relativa a contribuições e quotizações mantém o nível de orçamentação de 2016, em linha com as expectativas de estabilização da taxa de câmbio do euro face ao dólar americano.

O aumento da despesa de funcionamento do MNE, financiada por receitas gerais, na ordem dos 2,6 % resulta do efeito do aumento da despesa com pessoal decorrente da política de reposição de rendimentos e do preenchimento de postos de trabalho, em particular nos serviços periféricos externos, no âmbito da consolidação da Rede Externa do MNE.

De assinalar que na despesa do subsetor Estado com cobertura em receitas consignadas está previsionalmente considerada em 2017 a verba de 2,5 M€ consignada a Programas de Estágios Profissionais.

Para o aumento em 87,9% da despesa com projetos concorre fundamentalmente o reforço das verbas afetas a projetos na área das tecnologias de informação e comunicação, designadamente o financiamento comunitário através do SAMA 2020 e do Fundo para a Segurança Interna.

No que respeita aos Serviços e Fundos Autónomos, o acréscimo de 2,5% face a 2016 decorre quer do aumento das verbas orçamentadas pelo Fundo para as Relações Internacionais, quer do reforço das dotações do Camões, em particular no que respeita ao financiamento do Ensino de Português no Estrangeiro.

Quanto à AICEP, a totalidade das transferências previstas na Lei do Orçamento do Estado é de 25,5 milhões de euros, o que consolida os recursos disponíveis para a agência.

No quadro seguinte apresenta-se a despesa consolidada do MNE isolando a despesa de funcionamento e de investimento da despesa com contribuições e quotizações para organizações internacionais, do Fundo para as Relações Internacionais e da AICEP.

Quadro V.2 – Despesa consolidada do MNE

	(M€)		Variação	Estrutura 2017
	2016	2017		
	Orçamento ajustado	Orçamento ajustado		
1 MNE	183,6	197,4	7,5%	48,4%
2 Camões	61,7	63,0	2,2%	15,5%
3 Subtotal Funcionamento e Investimento	245,2	260,4	6,2%	63,9%
4 Organizações Internacionais	71,5	71,5	0,0%	17,5%
5 Fundo para as Relações Internacionais	41,5	42,8	3,0%	10,5%
6 AICEP	37,6	33,1	-12,0%	8,1%
7 Total	395,9	407,7	3,0%	100,0%
8 Consolidação entre e intrasubsetores	21,5	29,3	36,0%	
9 DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	374,4	378,5	1,1%	

Em termos globais, o orçamento ajustado para 2017 da despesa de funcionamento e investimento do MNE (linha 3 do quadro) regista um aumento de 6,2 % face à estimativa para 2015 explicado fundamentalmente por:

- Aumento de 7,5% na despesa dos serviços integrados do MNE, incluindo os serviços periféricos externos do MNE (linha 1 do quadro), resultante
 - Do aumento da despesa com pessoal decorrente da reposição total dos salários da Administração Pública e do preenchimento de postos de trabalho, em particular nos serviços periféricos externos, no âmbito da consolidação da Rede Externa do MNE.
 - Do aumento das verbas destinadas ao financiamento de projetos de investimento na área das tecnologias de informação e comunicação, incluindo o financiamento comunitário de projetos.
- O aumento de 2,2% do Camões deve-se reforço das dotações do Camões, em particular no que respeita ao financiamento do Ensino de Português no Estrangeiro.

A dotação que financia contribuições e quotizações para organizações internacionais mantém o nível de orçamentação de 2016, em linha com a perspetiva de estabilização do câmbio do euro face ao dólar americano.

O aumento em 3% da dotação do Fundo para as Relações Internacionais traduz o alinhamento da orçamentação da receita deste fundo autónomo com a receita cobrada nos últimos anos proveniente da realização de atos consulares e da emissão de Autorizações de Residência para Investimento.

VI ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE INVESTIMENTO

O montante total do orçamento de funcionamento e de investimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2016 é de 231,1 M€ (linha 5 do Quadro VI.1), dos quais 211 M€ provêm do Orçamento do Estado e 20,1 M€ de receitas do Estado consignadas aos serviços do MNE e de financiamento europeu.

Quadro VI.1 – Orçamento de funcionamento e investimento

	2016	Estrutura 2016	2017	Estrutura 2017	Variação 2016/2017
	Orçamento ajustado		Orçamento ajustado		
1 Ação Governativa	3,9	1,7%	4,6	2,0%	16,4%
2 Gestão Administrativa e Financeira do Orçamento do MNE	174,0	77,7%	182,2	78,8%	4,7%
3 Cooperação, Língua e Relações Externas	61,7	27,5%	63,0	27,3%	2,2%
4 Projetos	5,7	2,5%	10,6	4,6%	87,9%
5 Subtotal Funcionamento e Investimento	224,1	100,0%	231,1	100,0%	3,1%
6 Fundo para as Relações Internacionais	41,5		42,8		3,0%
7 Total Consolidado	265,6		273,8		3,1%

Nota: não inclui AICEP e Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais; subtotal Funcionamento e Investimento está abatido das transferências entre organismos do programa orçamental

O orçamento de funcionamento e de investimento do MNE regista um acréscimo de 3,1% face a 2016 (linha 5 do Quadro VI.1), para o qual concorre fundamentalmente o impacto da reposição salarial e do preenchimento de postos de trabalho, em particular nos serviços periféricos externos, o reforço das verbas para projetos de investimento na área das tecnologias de

informação e comunicação e o reforço do orçamento do Camões, com impacto na Rede de Ensino de Português no Estrangeiro.

O aumento registado na Ação Governativa deve-se à reposição salarial e à necessidade de ajustamento da estrutura dos Gabinetes.

A Gestão Administrativa e Financeira do Orçamento do MNE, que agrega os encargos com os serviços centrais do MNE e os serviços periféricos externos, mantém o maior peso relativo no conjunto da despesa de funcionamento e de investimento do Ministério, representando 78,8% desta despesa em 2017.

De notar que, em 2017 e para além das verbas a financiar por receitas gerais do Orçamento do Estado, os projetos de investimento do MNE serão financiados fundamentalmente através de receitas próprias do Fundo para as Relações Internacionais e de financiamento comunitário.

VII DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Sob a perspetiva da natureza da despesa, a situação do orçamento do MNE encontra-se sistematizada no quadro seguinte:

Quadro VII.1 – Despesa por classificação económica

	(ME)						
	2016	Estrutura 2016	Orçamento ajustado 2017				Estrutura 2017
	Orçamento ajustado		Estado	SFA	EPR	Total Consolidado	
1 Encargos com pessoal	184,8	49,4%	137,5	35,8	20,2	193,6	51,1%
2 Aquisição de bens e serviços	54,7	14,6%	33,4	11,1	7,3	51,7	13,7%
3 Outras despesas	134,8	36,0%	143,2	58,9	5,6	133,2	35,2%
4 Transferências correntes	105,9	28,3%	116,7	47,6	4,8	101,6	26,8%
5 das quais: intra-instituições do MNE	17,5	4,7%	44,8	22,7	0,0	0,0	0,0%
6 Despesas correntes	17,0	4,5%	16,3	2,3	0,1	18,6	4,9%
7 Aquisição de bens de capital	11,8	3,2%	9,7	2,4	0,8	12,9	3,4%
8 Transferências de capital	0,0	0,0%	0,5	6,5	0,0	0,0	0,0%
9 das quais: intra-instituições do MNE	4,0	1,1%	0,5	6,5	0,0	0,0	0,0%
10 Outras	0,1	0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
11 Total Consolidado	374,4	100,0%	314,2	105,8	33,1	378,5	100,0%
12 CQOI	71,5	19,1%	71,5	0,0	0,0	71,5	18,9%
13 Total Consolidado sem CQOI	302,9		385,7	105,8	33,1	307,0	

CQOI - Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais

As “Despesas com pessoal” aumentam em 2017 o seu peso relativo no total da despesa consolidada do MNE, representando cerca de 51,1% (linha 1 do Quadro VII.1). As despesas com pessoal do MNE incluem os encargos com a Rede Externa do MNE, bem como com a rede de ensino de português no estrangeiro e com agentes da cooperação. O aumento do peso relativo das despesas com pessoal está relacionado quer com a reposição total dos salários, quer com o preenchimento, previsto para 2017, de postos de trabalho, em particular nos serviços periféricos externos.

A despesa com “Aquisição de bens e serviços” reduz quer em termos absolutos, quer em termos de peso relativo no total na despesa consolidada do MNE. Esta redução tem especial impacto na despesa financiada com receita própria, com destaque para a despesa inscrita no orçamento da AICEP e no orçamento do Fundo para as Relações Internacionais.

A redução da despesa com “Transferências Correntes”, que passa de 105,9 M€ em 2016 para 101,6 M€ em 2017, justifica-se fundamentalmente pelo facto de, em 2016, estarem inscritos 1,4M€ relativos ao Programa de Estágios nas Missões Portuguesas que terminou em 2016.

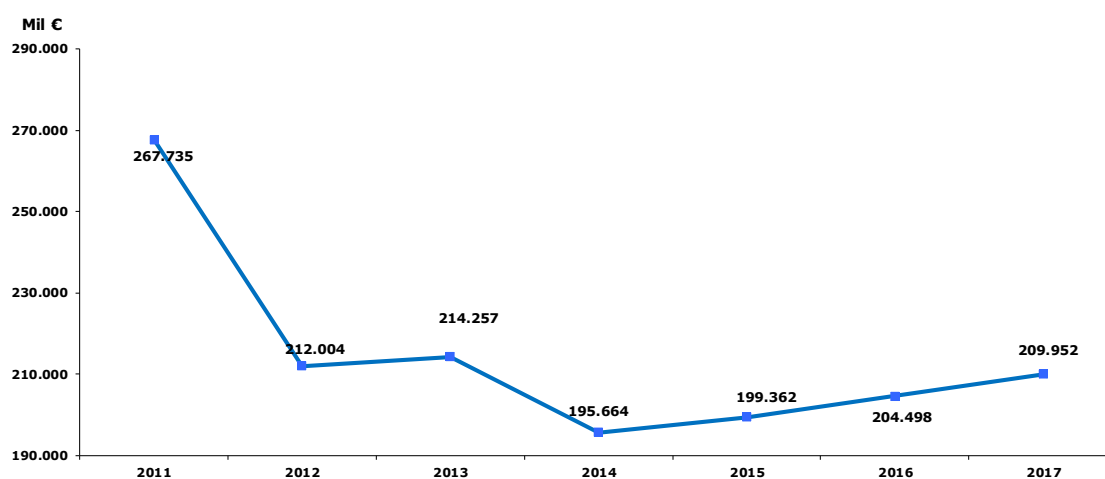
O aumento no agrupamento “Despesas Correntes” (de 17 M€ em 2016 para 18,6 M€ em 2017) deve-se à inscrição previsional em 2017 de 2,5 M€ para financiamento de Programas de Estágios Profissionais, bem como ao reforço da dotação destinada a Visitas de Estado e Equiparadas, em 1 M€.

Não obstante a dotação específica destinada a contribuições e quotizações para organizações internacionais manter o nível de recursos de 2016, o seu peso relativo no total da despesa do MNE decresce de 19,1% em 2016 para 18,9% em 2017.

VIII EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MNE

O gráfico abaixo apresentado mostra a evolução das despesas do MNE (incluindo apenas as receitas gerais do Estado) no período de 2010 a 2016.

Gráfico VIII.1 – Evolução Orçamento de Funcionamento do MNE



Obs.:

(1) Orçamento de funcionamento do MNE sem Fundo para as Relações Internacionais, Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais, Instituto de Investigação Científica Tropical e AICEP

(2) 2016/2017 - Orçamento ajustado

O acréscimo entre 2012 e 2013 reflete o impacto da reposição do subsídio de férias e de Natal.

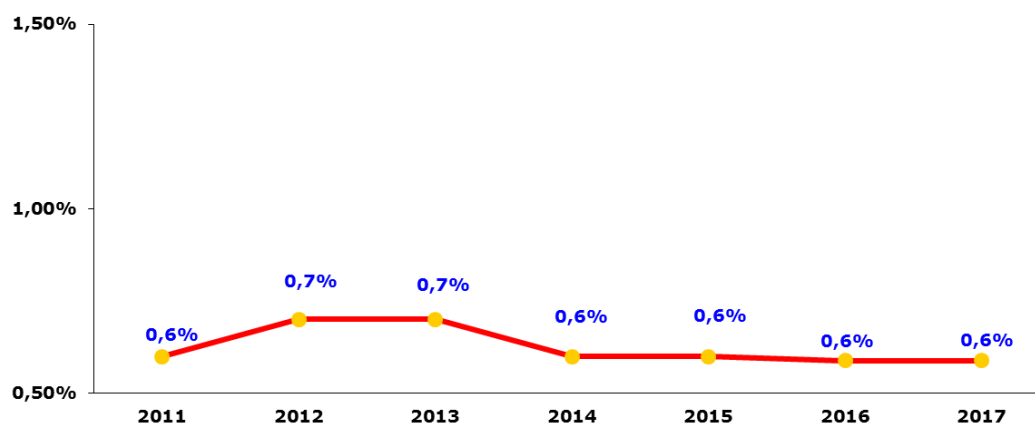
Em 2014, o MNE regista uma quebra acentuada do seu orçamento de Funcionamento em resultado da acomodação do impacto das medidas de redução de despesa que foram implementadas.

O crescimento registado em 2015 deve-se essencialmente ao impacto da inaplicabilidade das reduções remuneratórias nos serviços periféricos externos e do mecanismo extraordinário de correção cambial, bem como do ajustamento salarial decorrente da reversão remuneratória de 20%. Reflete ainda a implementação de iniciativas de política, nomeadamente no âmbito do redimensionamento da Rede Externa e do reforço da Rede Consular.

A tendência de crescimento mantém-se em 2016 em resultado do efeito da eliminação progressiva dos cortes remuneratórios.

Para 2017, mantém-se a tendência de crescimento, refletindo o impacto da reposição total dos salários da Administração Pública e do preenchimento de postos de trabalho – em particular nos serviços periféricos externos -, bem como o reforço do investimento na área das tecnologias de informação e comunicação e o reforço do orçamento do Camões, com impacto na Rede de Ensino de Português no Estrangeiro.

Gráfico VIII.2 – Peso relativo do MNE no total do OE



IX REDE EXTERNA

No estrangeiro as atribuições do Ministério são prosseguidas pelas embaixadas, consulados gerais, consulados e vice-consulados, missões e representações permanentes e escritórios consulares. O número atual de serviços na rede externa é de 134, com a seguinte distribuição por tipo de posto diplomático:

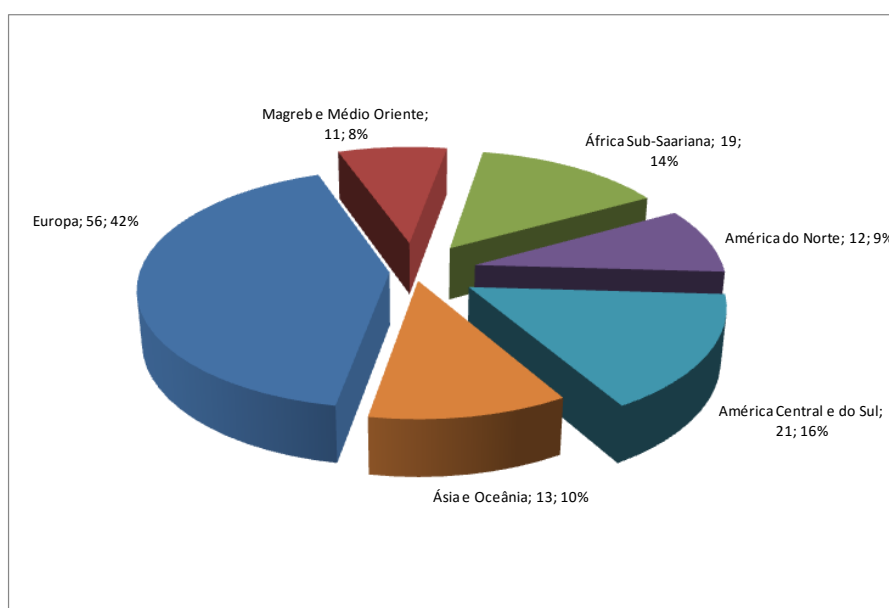
Quadro IX.1 – Serviços da rede externa por tipo de posto diplomático

MNE NO EXTERIOR		
	2014	2016
Embaixadas	72 ⁽¹⁾	76 ⁽¹⁾
Consulados-Gerais	37	38
Consulados	2	2
Vice-Consulados	8	8
Missões e Representações	8	8
Escritórios Consulares	3	2
Total Serviços Externos	130	134
(1) Inclui Escritório Representação em Ramallah		

A diferença no número de postos diplomáticos entre 2014 e 2016 reflete a ativação da Embaixada em Bratislava, a abertura das Embaixadas em Malabo, Panamá e Astana, a abertura do Consulado-Geral em Cantão e o encerramento do Escritório Consular em Orlando.

A distribuição geográfica dos serviços da rede externa, constante do gráfico IX.1 e do quadro IX.2 infra, mostra que em termos relativos os postos diplomáticos se encontram mais concentrados no continente europeu e americano.

Gráfico IX.1 – Distribuição geográfica dos postos diplomáticos



Quadro IX.2 – Localização dos postos diplomáticos

	Europa	Magreb e Médio Oriente	África Sub-Saariana	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia e Oceânia	Total
Embaixadas	30	11	13	2	10	10	76
Consulados gerais	15	-	6	7	5	5	38
Consulados	-	-	-	1	1	-	2
Vice Consulados	2	-	-	1	5	-	8
Missões e Representações Permanentes	7	-	-	1	-	-	8
Escritórios consulares	2	-	-	-	-	-	2
Total	56	11	19	12	21	15	134

X RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 31 de dezembro de 2016, deverão situar-se nos 3.018 efetivos (excluindo o pessoal dos Centros Culturais e os efetivos da AICEP), o que representa um decréscimo de cerca de 2% em relação a 2015.

Quadro X.1 – Variação de efetivos 2015/2016 e distribuição por agrupamento profissional

		Unid: Efetivos		
		2015	2016	Varição 2015/2016
1	Diplomatas	439	417	-22
2	Pessoal Especializado	62	65	3
3	Pessoal Técnico	434	429	-5
4	Assistente Técnico	275	252	-23
5	Assistente Operacional	78	72	-6
6	Pessoal Local (Serviços Externos)	1.248	1.254	6
7	Leitores e Docentes	46	46	0
8	Professores e Coordenadores	333	333	0
9	Subtotal Efetivos MNE	2.915	2.868	-47
10	Agentes Cooperação	172	150	-22
11	Total	3.087	3.018	-69

Obs.: Não inclui os efetivos da AICEP e o pessoal dos centros culturais (contratados)

Do quadro acima verifica-se que o número total de efetivos entre o ano 2015 e 2016 registou um decréscimo de 69 efetivos, tendo passado de um total de 3.087 para 3.018 efetivos. Esta variação, que mantém a tendência de decréscimo de efetivos registada nos últimos anos, teve

especial impacto no pessoal diplomático e nos assistentes técnicos que exercem funções nos serviços internos do MNE, registando-se ainda uma redução do número de Agentes da Cooperação face a 2015.

Da análise da distribuição dos efetivos por serviço, constante do quadro infra, conclui-se que os serviços que mais contribuem para a diminuição de efetivos são os serviços internos do MNE e o Camões, através da redução do número de Agentes da Cooperação.

Quadro X.2 – Variação de efetivos 2015/2016 e distribuição por organismos do Ministério

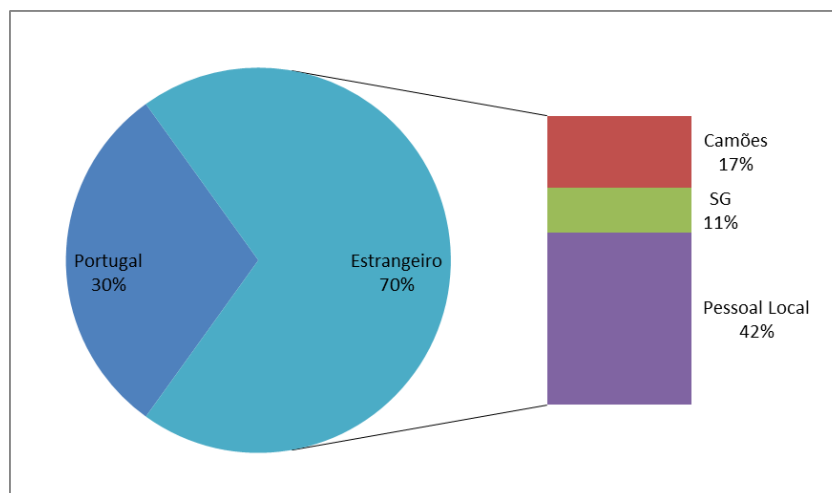
		Unid: Efetivos		
		2015	2016	Varição 2015/2016
1	GABINETES	65	72	7
2	MNE - Serviços internos	1.050	990	-60
3	Secretaria Geral	732	679	-53
4	Direção-Geral dos Assuntos Europeus	113	112	-1
5	Direção-Geral de Política Externa	112	105	-7
6	Inspeção-Geral Diplomática e Consular	16	16	0
7	Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas	77	78	1
8	MNE - Serviços externos	1.248	1.254	6
9	MNE - Serviços e fundos autónomos	724	702	-22
10	Camões	724	702	-22
11	Total	3.087	3.018	-69

Obs.: Não inclui os efetivos da AICEP e o pessoal dos centros culturais (contratados)
Em 2016 completou-se a composição da nova Secretaria de Estado da Internacionalização.

A distribuição geográfica dos recursos humanos do Ministério entre Portugal e o estrangeiro, constante do gráfico infra, mostra que 70% dos efetivos se encontram em funções nos serviços periféricos externos, comparativamente com o peso de 68% verificado em 2015.

No quadro X.3 infra apresenta-se a caracterização destes efetivos por agrupamento profissional.

Gráfico X.1 – Localização de efetivos em 2016 e distribuição no estrangeiro por organismo



Quadro X.3 – Localização de efetivos em 2016 e distribuição por agrupamento profissional

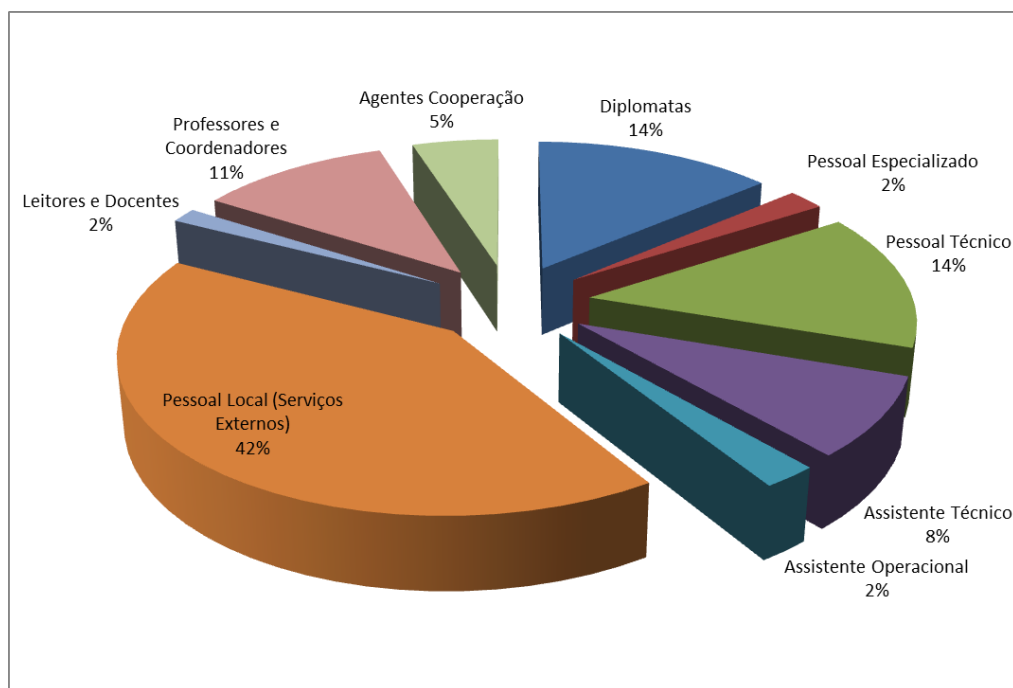
Unid: Efetivos

	2016		Total
	Portugal	Estrangeiro	
1 Diplomatas	164	253	417
2 Pessoal Especializado		65	65
3 Pessoal Técnico	423	6	429
4 Assistente Técnico	250	2	252
5 Assistente Operacional	72		72
6 Pessoal Local (Serviços Externos)		1.254	1.254
7 Leitores e Docentes		46	46
8 Professores e Coordenadores		333	333
9 Subtotal Efetivos MNE	909	1.959	2.868
10 Agentes Cooperação		150	150
11 Total	909	2.109	3.018

Obs.: Não inclui os efetivos da AICEP e o pessoal dos centros culturais (contratados)

Da distribuição dos efetivos em 2016 por agrupamento profissional verifica-se que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem uma taxa de tecnicidade bastante significativa.

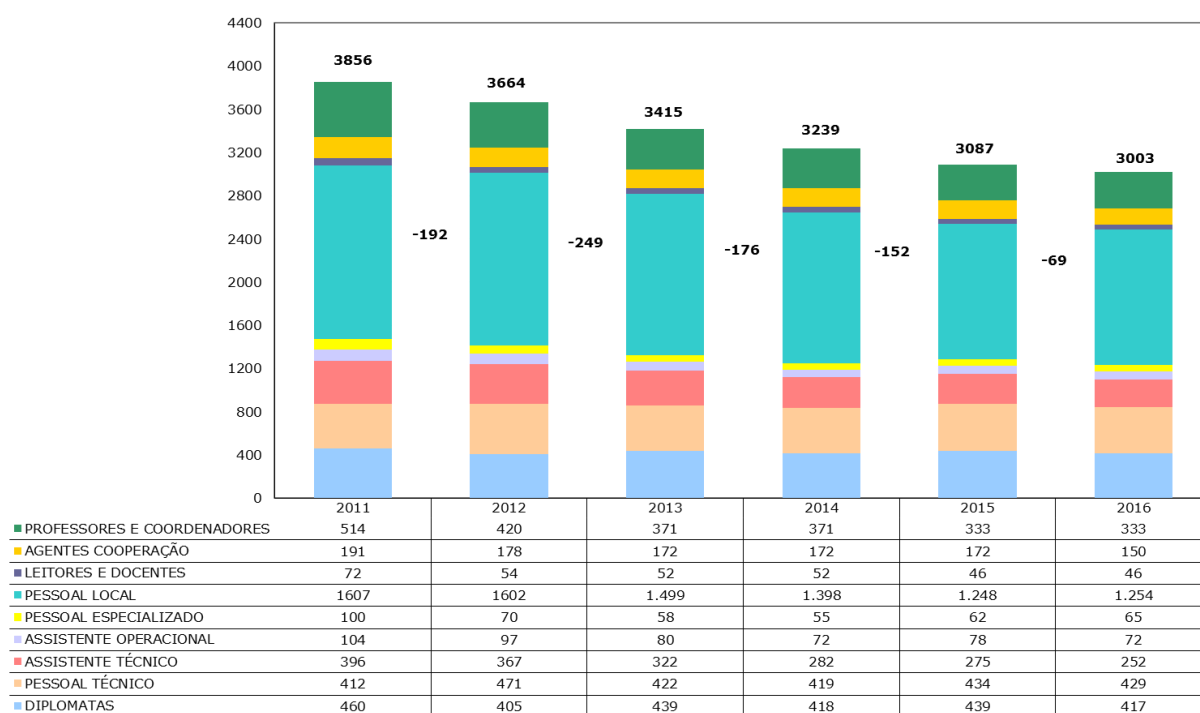
Gráfico X.2 - Efetivos em 2016 – peso relativo por agrupamento profissional



Conforme gráfico infra, o ano 2016 será caracterizado por uma diminuição de 69 efetivos face a 2015, mantendo a tendência de redução dos últimos anos, sendo que 77% desta redução se verifica na Secretaria-Geral.

Para a redução verificada desde 2011 contribuiu fundamentalmente a implementação de medidas de redução de despesa de natureza transversal, caso do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo e da saída de efetivos, nomeadamente para a situação de aposentação, e de natureza setorial, caso do redimensionamento da rede diplomática.

Gráfico X.3 – Efetivos de 2011 a 2016 – Evolução por agrupamento profissional



Analisando a variação de efetivos dos últimos 5 anos (2011-2016), verifica-se que o MNE regista uma redução na ordem dos 838 trabalhadores, correspondente a 22%. De salientar o seguinte:

- i. Em termos absolutos, esta diminuição de efetivos teve maior impacto no pessoal dos serviços externos (-353 trabalhadores, redução de 22%), na Rede de Ensino de Português no Estrangeiro (-207 trabalhadores, redução de 35%) e na carreira de Assistente Técnico (- 144 trabalhadores, redução de 36%).
- ii. Em termos relativos, acresce às reduções já identificadas a diminuição em 35% do pessoal especializado (- 35 trabalhadores).

Para 2017, e tendo em vista fazer face à escassez de recursos humanos na rede consular e diplomática, bem como nos serviços centrais do MNE, foram previstos recursos financeiros tendo em vista o preenchimento de postos de trabalho considerados fundamentais para o desenvolvimento da ação externa do Estado.
